

PREFÁCIO

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

FRANCISCO BRITO CRUZ

NOVO JOGO VELHAS REGRAS



CASA DO
DIREITO

DEMOCRACIA E DIREITO NA ERA DA NOVA
PROPAGANDA POLÍTICA E DAS FAKE NEWS

SUMÁRIO

PREFÁCIO	13
INTRODUÇÃO	15
1. APRESENTAÇÃO DO PROBLEMA	16
2. PREMISSAS	18
CAPÍTULO 1	
AS RELAÇÕES ENTRE DEMOCRACIA REPRESENTATIVA, MÍDIA E DIREITO	25
1. REPRESENTAÇÃO ELEITORAL E SUAS CRISES	28
IMPLEMENTANDO A SOBERANIA POPULAR	29
COMPETIÇÃO PELO VOTO E ESTABILIDADE COMO VALOR	31
ATRAVESSANDO O SÉCULO XX	38
ELEIÇÕES À BRASILEIRA	44
2. O PAPEL DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO	55
COMUNICAÇÃO PARA ALÉM DA INSTITUCIONALIDADE	55
PROPAGANDA, JORNALISMO E ENTRETENIMENTO	60
UMA NOVA ESCALA DA COMUNICAÇÃO	69
MÍDIA E DEMOCRACIA REPRESENTATIVA	
EM CONTEXTO – E NO BRASIL	84
3. O DIREITO NESSA EQUAÇÃO	96
CAPÍTULO 2	
A INTERNET E SUAS NOVIDADES	107
1. A INTERNET E A NOVA FACE DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO	111
2. NOVOS INTERMEDIÁRIOS E SEUS MODELOS DE NEGÓCIO	118
3. A RELAÇÃO ENTRE NOVOS E ANTIGOS INTERMEDIÁRIOS	127
4. DESINFORMAÇÃO E DIETA DE MÍDIA	132
5. POLARIZAÇÃO POLÍTICA E REDES SOCIAIS	140
6. O FATOR INTERNET NO CASO BRASILEIRO	148
A DOMINÂNCIA DA TV E DA REDE GLOBO	148
UTOPIA DA DESINTERMEDIACÃO À BRASILEIRA	153

O "FATOR INTERNET" EM DADOS	155
CONFIANÇA NA IMPRENSA BRASILEIRA	164
POLARIZAÇÃO NAS REDES SOCIAIS NO PÓS-2013	165
MENSAGENS INSTANTÂNEAS	172
MAIS HÍBRIDO, ABERTO E POLARIZADO	175
CAPÍTULO 3	
PROPAGANDA EM REDE	179
1. CAMPANHAS POLÍTICAS EM TRANSIÇÃO DIGITAL	181
2. AS CARACTERÍSTICAS DA PROPAGANDA EM REDE	191
NOVOS ATORES EM AÇÃO	192
LÓGICAS DE REDE	194
PADRÕES NA CONVERGÊNCIA E NO ENFRENTAMENTO	204
FRAUDES NA PERCEPÇÃO SOBRE O DEBATE POLÍTICO	208
USO DE DADOS PESSOAIS	215
REDES DE COMUNICAÇÃO PRIVADA	227
3. A RESPOSTA DAS PLATAFORMAS DE INTERNET	230
4. O CASO BRASILEIRO: CONSIDERAÇÕES	
PRELIMINARES SOBRE 2018	242
POLARIZAÇÃO E COMUNICAÇÃO POLÍTICA	245
PLATAFORMAS DE AUTOCOMUNICAÇÃO DE MASSA	248
USOS DO WHATSAPP	252
UMA INFRAESTRUTURA DE CAMPANHA EM REDE	257
MICRODIRECIONAMENTO: INCIPIENTE, MAS PRESENTE	266
DESINFORMAÇÃO ENTRE MEMES E BOATOS	268
CAPÍTULO 4	
AS REGRAS E SUAS DISPUTAS	273
1. POR QUE O DIREITO ELEITORAL?	277
DIREITO ELEITORAL E A SUA JUSTIÇA:	
O CERNE DA REGULAÇÃO DE CAMPANHAS POLÍTICAS	279
IGUALDADE DE CHANCES E SUAS DECORRÊNCIAS	283
PARA ALÉM DA PARIDADE DE ARMAS	291
2. PROPAGANDA ELEITORAL ANTES E DEPOIS DA INTERNET	297
DA DEFESA DOS REGIMES À COMPETIÇÃO NA TELEVISÃO	297
A PERCEPÇÃO DA INTERNET PELO DIREITO ELEITORAL	302

ADMIRÁVEL MUNDO NOVO: A PERMISSÃO PARA PROPAGANDA ELEITORAL PAGA NA REDE	304
CONSEQUÊNCIAS JURÍDICAS DA IDENTIFICAÇÃO DE PROPAGANDA ELEITORAL	316
MAS O QUE É <i>PROPAGANDA ELEITORAL</i> ?	323
3. LIBERDADE DE EXPRESSÃO DENTRO E FORA DO DIREITO ELEITORAL	335
MODELOS DE RESPONSABILIZAÇÃO DAS PLATAFORMAS DE INTERNET	337
REMOÇÃO DE CONTEÚDO PELA JUSTIÇA ELEITORAL	340
JUSTIÇA COMUM: BLINDAGEM E ESQUECIMENTO	345
LEGALIDADE DE CONTEÚDOS "ANÔNIMOS" E IDENTIFICAÇÃO DE USUÁRIOS	350
ENTRE EFETIVIDADE E PERFORMANCE	354
DESARRANJOS E ACOMODAÇÕES	362
4. NOVAS FORMAS DE CAMPANHA, NOVAS PREOCUPAÇÕES REGULATÓRIAS?	372
ENFRENTAMENTO A SIMULAÇÕES E COORDENAÇÃO DE COMPORTAMENTO NAS REDES SOCIAIS	372
PRIVACIDADE DENTRO E FORA DO DIREITO ELEITORAL	376
CONSIDERAÇÕES FINAIS	389
I.	395
II.	399
REFERÊNCIAS	405
APÊNDICE A - OBRIGAÇÕES E RESTRIÇÕES ASSOCIADAS AO CONCEITO DE "PROPAGANDA ELEITORAL" NA LEGISLAÇÃO ELEITORAL EM VIGOR (2018)	453
ANEXO A - CRIMES ELEITORAIS APLICÁVEIS A CASOS DE PROPAGANDA ELEITORAL EM VIGOR (2018)	455